

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU
Mantido pela Instituição Toledo de Ensino
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRENDA LETICIA DE CAMPOS ANTUNES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

BAURU
2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BAURU
Mantido pela Instituição Toledo de Ensino
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRENDA LETICIA DE CAMPOS ANTUNES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Econômicas, Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Professor Dr. Fábio José Esguícero.

BAURU

2023

A627 Antunes, Brenda Letícia de Campos.
Educação financeira no Brasil / Brenda Letícia de
Campos Antunes. - - 2023.
50f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas)
– Centro Universitário de Bauru mantido pela Instituição
Toledo de Ensino, 2023.

Orient. Prof. Dr. Fábio José Esguícero.

1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais. I.
Esguícero, Fábio José (orient.). II. Título.

CDD - 330

BRENDA LETICIA DE CAMPOS ANTUNES

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Econômicas, Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino, para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Fábio José Esguícero.

Banca Examinadora

___/___/___

Dedico esse presente trabalho as pessoas que por anos permaneceram ao meu lado, sempre me apoiando a buscar meu melhor como profissional. E que de alguma forma, se identificam com a pesquisa e também, buscam potencializar esse tema e torná-lo mais acessível para todos os indivíduos de nossa sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que me apoiam veementemente na elaboração desse projeto e que assim como eu, acreditam que a Educação Financeira é o caminho mais próspero e eficaz para combater os dados de endividamento do Brasil. Agradeço também, aos professores que estiveram presentes comigo em todo processo acadêmico e, claro, ao meu orientador que esteve ao meu lado, compartilhando seu conhecimento e valores, no qual, utilizei para concluir a minha pesquisa e prosperar como Economista.

RESUMO

Este trabalho destaca a importância que a Educação Financeira deveria ter para todos, e não só para quem busca pelo assunto ou de alguma forma trabalha com ele. É possível, que vejamos, através de dados econômicos o quanto a falta desse tema impacta diretamente no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, não percebemos diariamente, mas, através desta pesquisa espero trazer uma reflexão clara do quando o nosso país carece desse assunto e o quanto necessário ele se torna no desenvolvimento dos indivíduos. Sendo assim, é preciso observar como a educação financeira possui um enfoque muito significativo, para todos que compõem a sociedade, independentemente da idade que possui. Conclui-se que a promoção da educação financeira no Brasil é essencial para uma melhor qualidade de vida da população, contribuindo para a redução do endividamento e o um maior desenvolvimento econômico. É necessário um esforço conjunto do governo e das instituições privadas para superar os desafios existentes e criar um ambiente propício ao desenvolvimento de competências financeiras que permita a todos os cidadãos administrar suas finanças de maneira eficiente e responsável.

Palavras-chave: Economia; Educação Financeira; Dinheiro; Finanças Pessoais; Endividamento.

ABSTRACT

This work highlights the importance that Financial Education should have for everyone, and not just for those who search for the subject or work with it in some way. It is possible that we see, through economic data, how much the lack of this topic directly impacts the socioeconomic development of Brazil, we do not realize it daily, but through this research I hope to bring a clear reflection of when our country lacks this topic and how necessary it is. It becomes the development of individuals. Therefore, it is necessary to observe how financial education has a very significant focus, for everyone in society, regardless of their age. It is concluded that the promotion of financial education in Brazil is essential for a better quality of life for the population, contributing to the reduction of debt and greater economic development. A joint effort by the government and private institutions is needed to overcome existing challenges and create an environment conducive to the development of financial skills that allows all citizens to manage their finances efficiently and responsibly.

Keywords: Economy; Financial Education; Money; Personal Finances; Debt.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Problema de Pesquisa	11
1.2	Hipótese	12
1.3	Objetivo Geral	12
1.4	Objetivos Específicos	13
1.5	Justificativa.....	13
2	CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	14
2.1	Histórico da Educação Financeira no Brasil.....	16
2.2	Reflexos da ausência de Educação Financeira no Brasil.....	17
2.3	Reflexos no ambiente doméstico	19
2.4	Reflexo de como as redes sociais podem acelerar o consumismo dos jovens	21
3	IMPACTOS ECONÔMICOS DA AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	23
3.1	Educação financeira em outros países	25
4	INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	27
4.1	Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).....	28
4.2	ENEF na prática	29
4.3	Objetivos e competências da ENEF.....	34
5	IMPORTÂNCIA DAS FINANÇAS PESSOAIS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DA VIDA	35
5.1	Infanto Juvenil	35
5.2	Universitário	38
5.3	Adultos	39
5.4	Aposentados	40
6	COMO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PODE POTENCIALIZAR O EMPREENDEDORISMO	42
7	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

O relacionamento do brasileiro com a moeda real ainda é muito recente, há exatos 29 anos desde a transição da moeda. Há pouco menos de três décadas nosso país sofria com um alto nível de inflação e taxa de juros. Naquela época, era fato que o planejamento financeiro não era algo que se pensava como hoje. Por mais que ainda existam indicadores econômicos acima da média, o Brasil passou a ter uma moeda mais forte, dando espaço para um desenvolvimento sócio econômico maior no qual disponibiliza um melhor e mais acessível planejamento financeiro.

A Educação Financeira, apesar de sua relevância, permanece subexplorada em nosso país, embora possa desempenhar um papel crucial no aprimoramento do desenvolvimento socioeconômico. Num cenário caracterizado por desigualdades profundas, taxas de juros elevadas, índices significativos de desemprego e uma carga crescente de endividamento, a necessidade de abordar questões financeiras de forma eficaz se torna ainda mais urgente.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem-se que:

[...] educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis comprometidos com o futuro.
[OCDE 2005, p. 4].

De acordo com a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), a educação financeira por meio de programas públicos de estratégia deve ser promovida em ações e modelos previdenciários da população, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania, eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e tomada de decisões. A educação financeira é um assunto atual e pertinente, na qual preza-se pelo entendimento das finanças pessoais, indicadores econômicos como o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)

e o gasto consciente do dinheiro.

Temas como investimento, aposentadoria, parcelamento, endividamento, oferta, pagamento, começam a fazer parte do dia a dia do cidadão brasileiro além de estar atrelado ao tema principal, o dinheiro. Torna-se necessário entender como lidar com suas finanças, além de visualizar como o mercado funciona em sua totalidade (CORDEIRO *et al*, 2018).

Embora essa pauta tenha ganhado destaque nos últimos anos, as iniciativas aumentaram 72% no país nos últimos 5 anos, contabilizando 1,3 mil projetos sobre o tema, idealizados por escolas e outras entidades (CNN, 2020), existe um longo caminho para evoluir e potencializar cada vez mais a expansão da educação financeira. É fundamental que as instituições educacionais, desde o ensino básico até o superior, incluam em grades curriculares, conteúdos relacionados à educação financeira, influenciando os alunos desde cedo a lidar com questões de finanças pessoais e domésticas com muita responsabilidade e consciência.

Esta monografia tem como objetivo principal enfatizar a identificação de fatores que não são positivos para os indicadores financeiros e econômicos, ao mesmo tempo em que explora a importância de introduzir a educação financeira no contexto brasileiro como uma estratégia fundamental para enfrentar o problema do endividamento. Serão envolvidos os desafios inerentes a essa implementação.

Além disso, será discutida a possibilidade de uma colaboração entre instituições educacionais, o governo, organizações da sociedade civil e o setor privado, com o objetivo de promover uma mudança substancial na relação dos cidadãos brasileiros com suas finanças. Através desta parceria, busca-se capacitar os indivíduos para tomar decisões financeiras mais conscientes, com a expectativa de construir um futuro financeiro mais sólido e próspero, o que, por sua vez, pode contribuir para elevar a qualidade de vida no país.

1.1 Problema de Pesquisa

O propósito deste trabalho é realizar uma análise da carência de educação financeira no contexto brasileiro, examinando suas ausências e ressaltando sua relevância crucial para o avanço socioeconômico do país. Além

disso, busca-se propor estratégias para a implementação de práticas educacionais financeiras que possam contribuir para a construção de indicadores econômicos robustos.

Diante desse cenário, quais estratégias podem ser adotadas para contribuir para o desenvolvimento das práticas de educação financeira no Brasil, promovendo a transformação da cultura de gestão financeira pelos agentes econômicos?

1.2 Hipótese

a) Com a implementação da educação financeira no Brasil, além de trazer uma melhor relação com o dinheiro, também pode diminuir indicadores econômicos negativos sendo um deles, o endividamento, que nos últimos anos apresentou dados de 65,1% das famílias nesta situação, sendo o cartão de crédito, o principal fator desse número com 79,5% (Fernandes, 2020), sendo feito por meio de estratégias qualitativas, trazer essa conscientização do indivíduo desde a infância até sua fase adulta.

b) Uma formação sólida em economia doméstica, conhecimento em economia doméstica, compreensão de investimentos, habilidades em ciência de dados aplicadas diariamente à economia, bem como o estímulo ao empreendedorismo, entre outros fatores, têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida dos cidadãos do país. E isso pode ser feito, por meio de implementações na grade curricular tendo como parceiro o MEC (Ministério da Educação) já feita em 2013, quando a AEF (Associação de Educação Financeira) fez essa parceria. E, nesse processo, foram escolhidas escolas que já participavam de outros programas do governo federal. Para isso acontecer, os profissionais das secretarias de educação receberam formação e atuaram como multiplicadores, transmitindo o conteúdo aprendido aos professores das escolas (CUNHA, 2020).

1.3 Objetivo Geral

Investigar como a implementação da educação financeira pode contribuir de maneira positiva para trazer benefícios para o Brasil e para a

sociedade, provando que uma relação saudável com o dinheiro, precisa ser levada mais à sério na rotina de cada indivíduo.

1.4 Objetivos Específicos

- (a) Investigar a atual situação da educação financeira no Brasil;
- (b) Identificar desafios e oportunidades para a sua implementação;
- (c) Avaliar os possíveis resultados da implementação da educação financeira para os agentes econômicos.

1.5 Justificativa

A justificativa para este trabalho apoia a necessidade urgente de melhorar o sistema que engloba a ineficácia da falta da educação financeira no Brasil e sua relação direta com o desenvolvimento socioeconômico do país. A falta que isso traz é muito relevante quando se trata do impacto que isso ocasiona na porcentagem de endividamento no Brasil.

Isso impede o crescimento sustentável e ordenado, limitando as oportunidades de progresso financeiro nas casas familiares, na introdução à vida adulta, individual e até mesmo após a passagem da trajetória de trabalho, isso não impacta diretamente um número da população, mas sim, a macroeconomia como um todo.

Este trabalho, tende conscientizar e incentivar a população sobre sua relevância e oferecer diretrizes para o fortalecimento próspero das habilidades financeiras. Além de que, com uma vasta visualização, trazer dados convincentes de países que adquirem essa prática nas escolas e/ou dados que indicam a capacidade de levantar a macroeconomia e a macroeconomia do país em uma direção próspera.

2 CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para uma melhor compreensão, antes de mais nada, vamos entender o termo educação. A educação é um processo de transmissão de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, desenvolvidas ao longo da vida, visando o crescimento e formação dos indivíduos que compõem a sociedade. A ideia e a prática da educação pública conhecida universalmente foram criadas na Europa no começo do século 16 até o 19 (KRÜGER, 2014).

Já a educação financeira é conhecida por ser uma forma de processo de aprendizagem e potencialização do desenvolvimento da capacidade integral do ser humano, com objetivo de tomar decisões, se responsabilizar pelos próprios atos relacionados ao dinheiro, e buscar a linha tênue de viver bem e ter uma ótima saúde financeira. É um processo individual e autêntico, só é possível transmiti-la através da vivência e experiência. É a perfeita demonstração da prática (KRÜGER, 2014).

Acredita-se que o processo de educação financeira deveria começar logo na fase inicial da vida do indivíduo, por volta dos dois ou três anos de idade, assim que a criança já tem um breve entendimento que o dinheiro pode comprar doces ou brinquedos. A educação começa com o significado dos valores das moedas. Pois, é aí que primordialmente a criança terá breve conscientização, conhecimento e aprendizado das regras de equilíbrio financeiro, ideais para um pleno amadurecimento da sua vida (KRÜGER, 2014).

Como cita D'aquino (2009):

O grande desafio da educação não é educar para hoje, mas educar para que os resultados possam florescer em 15, 20, 30 anos. Nos dias atuais, em que ocorrem transformações tão abruptas e complexas, é preciso um grande esforço para educar as crianças não para este mercado de trabalho, tal como conhecemos e fomos educados para ele, mas para um mercado que mal podemos imaginar como será. Desenvolver o espírito empreendedor e estimular modos inovadores de raciocínio, por exemplo, são ferramentas essenciais à preparação de nossas crianças e jovens para o futuro. (D'AQUINO, 2009).

Um pouco mais tarde no seu crescimento, podemos citar uma coisa real que acontece na maioria das casas que é a “mesada”, pois, apesar de ser um ganho financeiro, não deixa a necessidade de administrar, além de cumprir regrinhas básicas como definir o valor a ser dado, fixar a data de recebimento

e a periodicidade, isso delimita uma maior responsabilidade da criança.

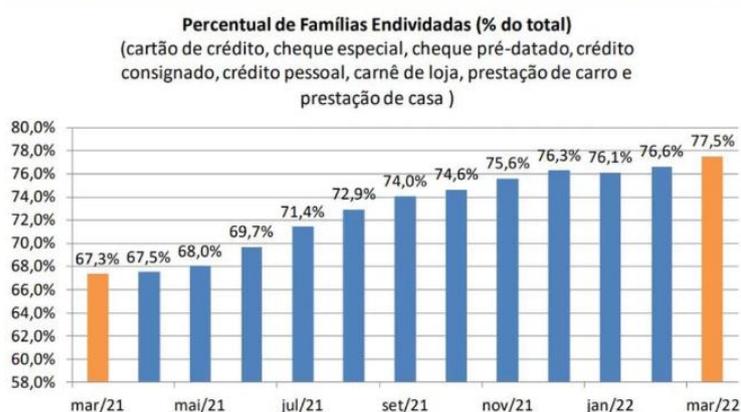
Para finalizar, junto com a mesada, já deve ser introduzida a ideia de iniciar um lugar para guardar uma parte desse dinheiro, para realizar sonhos futuros. Um exemplo bem prático disso, seria o famoso “cofrinho.” Para isso, com muita conversa e auxílio, a criança precisa condicionar a sua mente para a necessidade de priorizar um desejo futuro, e não só, realizar os desejos no presente.

Incentivar nos primeiros anos de sua vida, a controlar seus desejos, impulsos e estipular limites de gastos é primordial. Aprender sobre a importância da conquista em seus ganhos monetários, além de estimular a rentabilização do pequeno patrimônio nos meios certos. Entrando mais profundamente nos termos econômicos, mas claro, com uma sucinta e didática explicação, sobre meios de investimentos que ajudarão no futuro a somar com os seus sonhos.

Assim, quando o indivíduo atingir uma idade mais próxima da vida adulta, não encontrará dificuldades em administrar seus ganhos com seu primeiro emprego e já terá uma boa parte administrada para somar em seus projetos futuros.

A Figura 1, mostra o percentual atual de pessoas endividadas em nosso país até março de 2022, reforçando esta constatação.

Figura 1 – Percentual de Famílias Endividadas
Endividadados



Fonte: MENEZES, 2021.

2.1 Histórico da Educação Financeira no Brasil

A cultura da educação financeira no Brasil é um aspecto relativamente recente e ainda pouco explorado. O país enfrenta um histórico de níveis elevados de endividamento, com 77,9% da população registrando tal situação, de acordo com dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (ABDALA, 2023).

No entanto, nas últimas duas décadas, tem havido um interesse crescente em promover e democratizar o acesso ao conhecimento financeiro e compreender o seu impacto no futuro. Na virada dos anos 1990, diante do alto endividamento, da inflação persistente, do baixo crescimento econômico, da desigualdade de renda e de uma grande dívida externa, surgiu uma conscientização mais acentuada da necessidade de tornar esse tema mais acessível.

Foi somente a partir de 2003 que o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Programa Nacional de Educação Financeira (PNEF), que buscou abordar a inclusão social e o desenvolvimento sustentável por meio da educação financeira, incorporando-a ao currículo escolar. Em 2010, o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), composto por instituições de alto escalonamento, como o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários e a Superintendência de Seguros Privados, foi criado com o objetivo de coordenar ações e promover parcerias entre os diversos agentes envolvidos na educação financeira no país.

Em 2013, foi sancionada a Lei nº 12.741, incluindo o conteúdo de educação financeira no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Isso representou um marco importante na integração do tema à educação formal. Desde então, houve um esforço contínuo para promover a educação financeira no Brasil, disseminar conhecimentos sobre finanças pessoais e fomentar uma reflexão crítica sobre o consumo excessivo e o endividamento preocupante.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dos avanços, a educação financeira no Brasil ainda está em estágios iniciais e é significativamente menos desenvolvida em comparação com países como os Estados Unidos. Muitos brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, o que

dificulta o acesso não apenas à educação básica, mas também à educação financeira. Portanto, é crucial continuar investindo em programas que visem ao bem-estar da população e à promoção da educação financeira como um componente fundamental para a construção de um futuro mais seguro e sustentável.

2.2 Reflexos da ausência de Educação Financeira no Brasil

Nos últimos anos, observa-se o alto índice de endividamento das famílias brasileiras e parte disso é o reflexo que a falta de educação financeira faz. Já que o relacionamento saudável com o dinheiro, desde a infância até a construção da vida adulta não é priorizada nos meios educacionais. Um exemplo vitalício sobre isso, é o cartão de crédito, sendo o fator primário dessa ausência, liderando com 79,5%. Em seguida, dívidas por carnês, com 15,5% e financiamento de carro em terceiro lugar com 9,7% (FERNANDES, 2019).

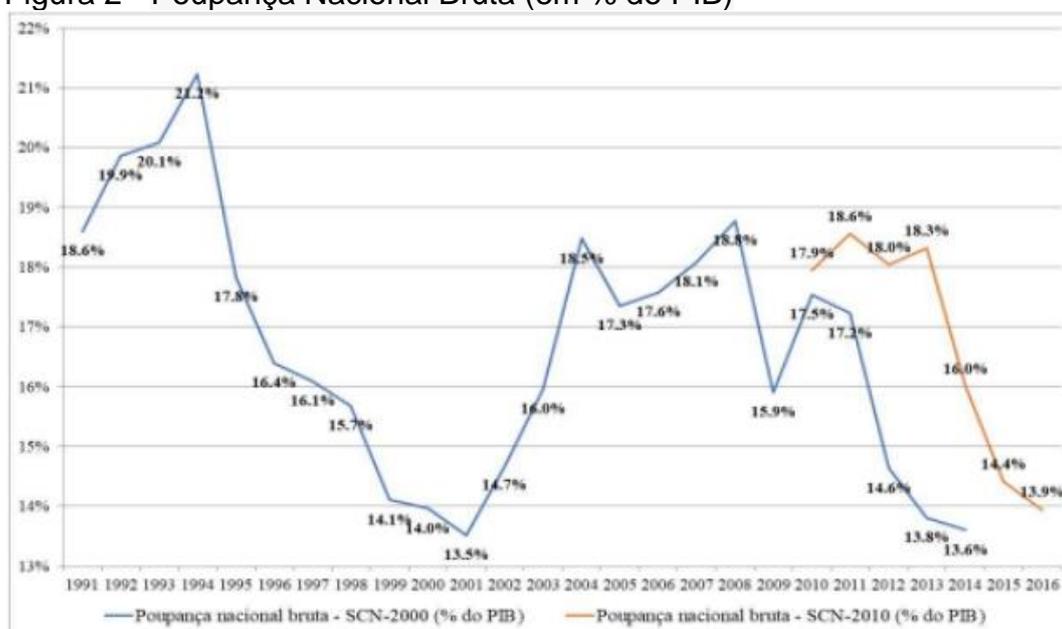
O Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar tem como objetivo auxiliar a criar uma estratégia precisa para acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa ou de uma família, ajudando-as a arquitetar um Projeto de Vida para a conquista de etapas importantes da vida como acumular recursos para a faculdade dos filhos, para a compra de imóveis, para a tão sonhada aposentadoria, para iniciar um negócio próprio ou proteger sua família contra eventualidades. (PICCINI (2014, p. 36).

O nível de endividamento é impulsionado pela facilidade do estímulo aos gastos compulsórios por parte dos incentivos, tais como facilidade ao crédito. A necessidade de adquirir novos bens de consumo motiva as pessoas a se individualizar cada vez mais, transformando-se em um desafio de caráter social na chamada “sociedade do consumo”. O trabalho de estratégias de planejamento financeiro alinhado as reais necessidades familiares ajudam na definição de objetivos de consumo, impedindo, desse modo, que as escolhas sejam influenciadas por impulsos imediatos. O estímulo ao consumo é o fator primordial subjacente ao individualismo de alguns indivíduos (FERNANDES, 2019).

Um dos principais temas de discussão na economia atual envolve a conexão entre economia e investimento. A provas que a produção econômica de longo prazo de um país está intimamente ligada à quantidade de economia

que é gerada para sustentar a expansão de ativos produtivos, incluindo investimentos em infraestrutura e outros elementos que podem aumentar a eficiência e fortalecer a economia. A Figura 2 revela que a série em curso do Sistema de Contas Nacionais – Referência 2010 exibiu uma taxa de poupança doméstica em relação ao PIB superior à série anterior do SCN-2000 (Sistema de Contas Nacionais) durante todo o período em que ambas coincidem, ou seja, de 2010 a 2014. Embora as trajetórias diferentes sejam, ambas as séries indicam uma redução na taxa de poupança entre esses anos.

Figura 2 - Poupança Nacional Bruta (em % do PIB)



Fonte: AFONSO, 2019.

Por outro lado, 8 anos depois, ainda se sente os impactos dos baixos investimentos no Brasil em relação aos países da América Latina e Caribe, de acordo com informações divulgadas pelo Banco Mundial, as contribuições nacionais equivalem a apenas 1% do PIB (Produto Interno Bruto) (FERRARI, 2023).

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores), solicitou à equipe econômica liderada pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que desenvolvesse uma norma fiscal que incorporasse o aumento dos recursos alocados para investimentos públicos. Embora o governo tenha anunciado uma proposta, ela ainda não foi submetida ao Congresso Nacional. É importante observar que os investimentos públicos

fazem parte das despesas discricionárias, que são sujeitos a possíveis cortes no Orçamento e representam menos de 10% do total das despesas públicas em um ano (FERRARI, 2023).

2.3 Reflexos no ambiente doméstico

A literatura científica brasileira começou a abordar a educação financeira apenas recentemente. Em 2010, o governo federal definiu as diretrizes fundamentais para a educação financeira no Brasil (Cordeiro, 2018), o que deu início a projetos destinados a cumprir essas diretrizes. Isso marcou o início de uma transformação em relação a esse tema, que até então era distante e pouco acessível para a sociedade brasileira. Em 2013, dentre as famílias entrevistadas, 62,5% eram endividadas. No ano seguinte, em 2014, o número de famílias com dívidas diminuiu para 61,9%, atingindo o nível mais baixo desde 2010. No entanto, o percentual de famílias que afirmaram não ter capacidade de quitar suas dívidas atingiu o nível histórico mais baixo, com 5,4% das famílias em outubro de 2014. O uso de cartões de crédito e financiamentos destacou-se como as principais razões para o endividamento em 2014 (RIBEIRO, 2021).

Com base na análise dos resultados das pesquisas realizadas nos períodos de 2013/2014 e 2017/2018, pode-se notar que os níveis de individualização das famílias brasileiras foram inferiores nesses anos em comparação com os anos de pandemia. Durante esses mesmos períodos, foram realizados levantamentos de iniciativas de educação financeira no país, promovidas pela ENEF. Isso sugere, em princípio, que o desenvolvimento desses projetos contribuiu para aumentar a conscientização das famílias em relação à educação financeira, e essa conscientização pode ter impactado positivamente na gestão das finanças pessoais.

Com o intuito de facilitar a gestão das finanças familiares, tabelas de acompanhamento diário e mensal foram elaboradas. Essas tabelas permitem uma visão completa e detalhada das entradas e saídas de dinheiro, possibilitando que as famílias se acostumem gradualmente com o hábito de registrar essas informações e, conseqüentemente, passem a utilizar tabelas de registro diário. As planilhas de controle financeiro foram criadas considerando

2.4 Reflexo de como as redes sociais podem acelerar o consumismo dos jovens

Atualmente, as mídias desempenham uma função fundamental na sociedade, sendo a ferramenta de comunicação e informação. Tem a finalidade de comunicar mensagens de forma contínua por meio de uma variedade de veículos. Essa forma de comunicação é um meio poderoso para o desenvolvimento de opiniões, comportamento e expressão de valores.

Dito isso, o consumo surgiu com o advento da Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, quando a aceleração dos processos de fabricação e distribuição de produtos levou a um aumento significativo no consumo, dando ênfase crescente na aquisição de bens para manter status e aparência (SANTIAGO, 2022).

De acordo com os dados do SPC Brasil (2022), revelam que 19% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão endividados. E é um dado muito curioso, se considerado a faixa etária de endividamento. Alguns fatores dessa ausência, como citado por Santiago (2022), entre os jovens é:

- Ausência da educação financeira na matriz curricular das escolas;
- Maus exemplos na infância;
- Integração/necessidade de se sentir parte de um determinado grupo/ser aceito;
- Influência da mídia;
- Fácil acesso a ferramentas de créditos.

Mas, como abordado anteriormente, a somatória da falta de educação financeira e a alienação que as redes sociais causam na vida dos jovens, somam para que o endividamento seja maior. Segundo Karl Marx (1844), “alienação é uma atividade onde a essência do agente é afirmada como algo estranho a ele, assumindo assim a forma de dominação hostil sobre o agente; é um processo no qual o homem deixa de ser dono de si mesmo e torna-se uma propriedade do outro, a ponto de sua vida ser decidida por esse agente dominador”.

Levando em consideração esse ponto, Marx (1844) se posicionou como um crítico do capitalismo ao empregar essas teorias para argumentar que as pessoas dentro desse sistema eram subjugadas por outras em termos de

exploração de suas necessidades básicas. Essa dinâmica está intimamente ligada às sociedades capitalistas contemporâneas, onde desde a infância, as pessoas absorveram e assimilaram os costumes e valores impostos pela sociedade por meio de suas rotinas e interações com os outros.

Não apenas os jovens, mas as pessoas em geral, estão constantemente exibindo anúncios veiculados pelos meios de comunicação, como Facebook, Instagram, TikTok, YouTube, Google e entre outros. Isso faz com que a sua “liberdade” seja restrita a certos padrões de consumo, levando os indivíduos a sentirem a necessidade de adquirir produtos. Essas influências externas os alienam, uma vez que sentem a pressão de seguir as tendências e modismos apresentados pela mídia, resultando na condição que chamamos de consumo (SANTIAGO, 2022).

Como resultado, muitas pessoas entram em um ciclo vicioso de gastos, sem considerar o impacto negativo que isso tem em suas finanças e qualidade de vida. É por isso que vemos um grande número de indivíduos com dívidas, devido à falta de habilidade para controlar o consumo e gerenciar suas finanças. Portanto, a educação financeira se torna essencial para evitar que esses problemas ocorram e que o relacionamento com o dinheiro seja hábil para sua liberdade e estabilidade financeira.

3 IMPACTOS ECONÔMICOS DA AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Brasil nunca foi o melhor espelho da estabilidade econômica, dados mostrados pelo IPEA em 2015, afirmam que a maioria dos brasileiros não sabe administrar seu dinheiro (Minella, 2017). Onde o consumismo se amplia em datas comemorativas, já que os jovens acabam criando uma euforia em seus gastos, o que representa cerca de 38% das inadimplências com até 30 anos. Justamente, nessa informação que há elementos de consumismo passional, associados aos seus comportamentos, algo presente na característica desta população (IPEA, 2015).

Seguindo essa linha de pensamento, Brites (2016), afirma veementemente que esses jovens com as idades inferiores a 30 anos, não têm conhecimento sobre educação financeira, pois não é algo ensinado nas escolas e muito menos em casa. Por consequência, o conhecimento sobre taxas de juros e inflação é quase inexistente, sendo o principal fator, por desejarem consumir e adquirir esse poder de compra, sem saber identificar o real custo das compras, como a aquisição entre comprar à vista e compras a prazo, cheque especial e cartão de crédito (MINELLA, 2017).

O acesso simplificado ao crédito tem resultado na tendência dos consumidores em gastar regularmente em produtos dispensáveis, frequentemente seduzidos pelas opções de parcelamento. Consequentemente, essa facilidade incentiva a antecipação e a realização de compras em prazos mais longos, acarretando o acúmulo de encargos financeiros. Adicionalmente, atualmente temos uma considerável ênfase no consumo, o que exerce uma forte influência sobre o endividamento de muitas pessoas. De acordo com Silva (2014), aproximadamente 41% dos consumidores no Brasil estavam em situação de endividamento, sendo que 38% deles estavam com pagamentos em atraso e 55% acumulavam dívidas em montantes superiores ao ano anterior.

Ao trazer esses dados para os tempos atuais, mostra a taxa de endividamento que atingiu 77,9% dos consumidores, de acordo com os resultados da PEIC (Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor) divulgados em 2023. Isso representa um marco histórico na série

temporal que se iniciou em 2010, marcando o quarto aumento anual consecutivo. Assim sendo, torna-se imperativo adotar ações mais prudentes e conscientes em relação às escolhas financeiras, com um foco especial na gestão financeira pessoal. Além disso, como ressaltado por Silva (2019), é crucial que as instituições financeiras forneçam informações transparentes e de fácil acesso sobre as características dos produtos financeiros, incluindo seus custos e condições de pagamento.

Adicionalmente, programas de Educação Financeira podem se revelar uma ferramenta eficaz para elevar o nível de conhecimento financeiro da população e mitigar o problema do endividamento excessivo (Teixeira, 2023) Como podemos ver na Figura 4, a relação aos inadimplentes, que chegou no total de 60,8 milhões de consumidores negativados no mês de fevereiro de 2020, chega a 36,63% da população adulta até R\$500,00 reais (SPC, 2020).

Figura 4 - Total de dívidas de pessoas físicas



Fonte: SPC, 2020.

É evidente a necessidade de disseminar a conscientização acerca do planejamento financeiro e da tomada de decisões conscientes em relação ao dinheiro. Além disso, dados expostos pela pesquisa realizada por Teixeira (2023), apontaram para os desafios que as famílias enfrentaram durante a pandemia de Covid-19, resultando em um notável aumento no endividamento e na inadimplência. A avaliação das famílias que tiveram dificuldades em pagar dívidas em atraso revelou uma trajetória após o início da pandemia, com uma subsequente diminuição mensal, sugerindo uma possível adaptação das famílias às novas circunstâncias.

Por fim, precisa compreender o comportamento do endividamento e da inadimplência familiar nos últimos anos. No entanto, à medida que as famílias se ajustam as mudanças econômicas e sociais, é importante explorar novos aspectos do comportamento financeiro e seu impacto nas vidas rotineiras das pessoas. Futuramente, desempenham um papel importante na criação de intervenções mais eficazes para promover a gestão financeira mais sólida das famílias brasileiras em um ambiente em constante evolução.

3.1 Educação financeira em outros países

Diariamente a sociedade passa por evoluções, no qual, conseqüentemente aumenta a carência da necessidade de um conhecimento financeiro. O que podemos perceber em meio às pesquisas, é que como a educação financeira vem ganhando destaque na ferramenta para catequizar os cidadãos sobre sua relação com o dinheiro. Já que países que buscam e estão cada vez mais próximos da prosperidade financeira, sentem a necessidade da difusão desse conhecimento para os indivíduos da sociedade (COSTA, 2017).

De acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (Cunha, 2020) confirma que os líderes do G20 (Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, União Europeia, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia e Reino Unido, e os Estados Unidos da América), são os maiores influentes da economia mundial, admitiam reconhecer o quão crucial é o papel das políticas de Educação Financeira, nomeadamente apoiando, em 2012, os Princípios de Alto Nível OCDE / ENEF sobre Estratégias Nacionais para a Educação Financeira.

Sendo assim, a grande maioria do G20 (Austrália, Brasil, Japão, Holanda, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos) adquiriu formas de estabelecer a educação financeira, como no ensino escolar, na internet, órgãos financeiros com fundamentos, entre outros (COSTA, 2017).

Ao trazer para o Brasil, nota-se uma ausência de uma ação direcional e assertiva de ensino. A Inglaterra, os Estados Unidos e a Austrália são lugares de como concretizar a Educação Financeira como obrigatoriedade na pré-escola ao Ensino Médio, que podem trazer boa influência para o Brasil, já que

há pouca abordagem desse tópico importantíssimo para a prosperidade econômica para as crianças e adolescentes (CONTO, 2016). A Figura 5, mostra as instituições que colaboram com a Educação Financeira de cada país.

Figura 5 - Apoiadores de Educação Financeira de cada país

Pais	Instituições
Estados Unidos	<i>Federal Reserve (FED), Bank of America, Citibank e Chase</i>
Reino Unido	<i>Financial Services Authority (FSA), o Basic Skills Agency (BSA), o Department for Work and Pensions (DWP)</i>
Brasil	MEC, BCB, CVM, Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID)

Fonte: COSTA, 2017.

Conforme a pesquisa realizada por Andrade (2015), à medida que um indivíduo adquire conhecimento em Educação Financeira, sua habilidade para tomar decisões acertadas em sua vida pessoal e profissional aumenta. Isso, por sua vez, contribui para que as famílias alcancem um equilíbrio financeiro, resultando em maior segurança e redução da preocupação excessiva causada pela instabilidade financeira, que pode levar a problemas de saúde, estresse e até descontrole emocional entre os membros familiares.

4 INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

Abordar a Educação Financeira na sociedade, também combina no contexto de potencializar a oferta dos serviços e da prateleira dos produtos financeiros as pessoas consumistas pelos diferentes agentes econômicos, que determinam um papel importante nas atividades econômicas dentro do mercado de capitais.

Para contextualizar, a grande massa expansiva da oferta dos produtos e serviços financeiros pelos agentes econômicos no mercado financeiro especificamente. Foi também acompanhada por um detalhe, a falta de conhecimento dos investidores e tomadores dessas ofertas, no qual a economia global enfrentou uma crise financeira no século XXI. Ocasionalmente impactando principalmente em países desenvolvidos, trazendo como consequência também, impactos sociais, nesses países abaixo do desenvolvimento econômico (FANTIN, 2020).

Por isso, devido ao destaque da intensidade dessa crise, o tema educação financeira começou a ganhar visibilidade e ser pauta mundial no período pós recessão (Yoshino, 2016). Além das formas de regulamentação e da supervisão no qual, delatou insuficientes para impedir a baixa qualidade do crédito ofertado no período antes da recessão (Neal, 2008), o que é fato, é que a falta de educação financeira foi o principal aval para a expansão da crise financeira global.

No Brasil, desde o período do século XXI, cresce cada vez mais, o acesso do cidadão aos produtos e serviços financeiros ofertados pelos agentes econômicos, em decorrência do equilíbrio da economia e do controle inflacionário após o Plano Real (1994). Atualmente, o país apresenta um alto índice otimista da população adulta conectada com o sistema bancário (BANCO CENTRAL, 2018).

Devido ao crescimento exponencial do contato direto com os produtos e serviços financeiros, foi notado pelo governo brasileiro reconhecer medidas de educação financeiras que já foram adotadas em outros países nos programas de catequização financeira em âmbito nacional (Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010), por meio, das ferramentas criadas da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), conhecido por ser o programa de

promoção desse tema, nacionalmente. Sendo assim, o estado governamental, se propôs a tornar os serviços financeiros acessíveis a pessoas, consideradas excluídas do sistema de mercado de capitais (BANCO CENTRAL, 2014).

4.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)

A Estratégia Nacional de Educação Financeira, que foi criada em 2010 através do Decreto Federal nº 7.397/2010 e posteriormente renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, foi concebida como uma iniciativa que envolve diversos setores com o propósito de realizar atividades de educação financeira em todo o território brasileiro.

Como parte de uma abordagem que envolve múltiplos setores, um comitê de governança foi estabelecido, incluindo representantes do governo e do setor privado. O envolvimento do setor privado na promoção da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) ocorre através de várias iniciativas, como a criação de programas educacionais personalizados, a participação ativa na Semana Nacional de Educação Financeira e o suporte a projetos educacionais conduzidos por organizações da sociedade civil (FORTE, 2021).

A Figura 6, transcreve exatamente como são os objetivos e competências relacionados à ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira)

Figura 6 - Objetivos e Competências do ENEF.

OBJETIVO	COMPETÊNCIA
1. Formar cidadania.	1. Debater direitos e deveres.
2. Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável.	2. Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis.
3. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude.	3. Harmonizar desejos e necessidades no planejamento financeiro do projeto de vida.
4. Formar multiplicadores em EF.	4. Ler e interpretar textos específicos de Educação Financeira.
5. Ensinar a planejar em curto, médio e longo prazos.	5. Ler criticamente textos publicitários.
6. Desenvolver a cultura da prevenção.	6. Tomar decisões financeiras autônomas de acordo com suas reais necessidades.
7. Proporcionar a possibilidade de mudança da condição atual.	8. Elaborar planejamento financeiro.
	9. Analisar alternativas de prevenção em longo prazo.
	10. Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

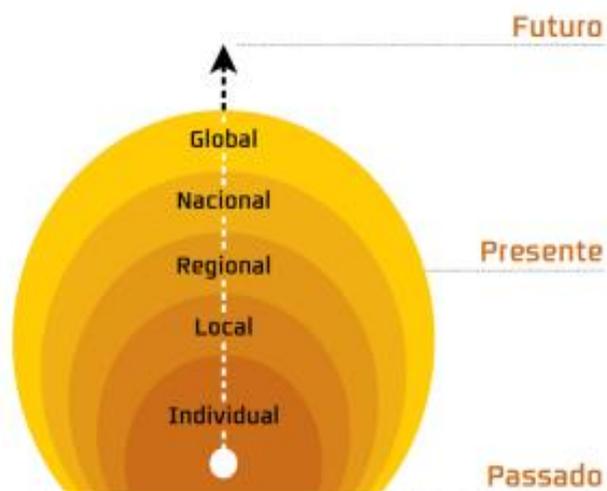
A ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) confirma a importância de integrar a Educação Financeira com diferentes campos do conhecimento, pois compreende que esses campos desempenham um papel fundamental e sólida dos conceitos financeiros e na promoção de um comportamento financeiro saudável. Enfatiza a necessidade de adaptar a Educação Financeira às diferentes faixas etárias dos alunos, ajustando-se ao nível de complexidade apropriado. Além disso, os conteúdos da Educação Financeira vão além das fronteiras do mundo financeiro e têm relevância para o currículo escolar de forma mais ampla.

4.2 ENEF na prática

Para compreender os objetivos gerais estabelecidos pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), é necessário considerar os conceitos de dimensão espacial e temporal. A dimensão espacial diz respeito aos efeitos das ações individuais no contexto social, destacando a influência bidirecional entre as partes e o todo, em níveis que abrangem o indivíduo, a comunidade local, a região, a nação e o cenário global. A dimensão temporal envolve a relação entre os conceitos ensinados na Educação Financeira e sua aplicação no presente, com impacto no futuro. Essa abordagem conceitual leva em consideração a análise da situação atual, que é resultado de decisões do passado, e busca influir nas decisões presentes com o objetivo de promover um impacto positivo no futuro (TANNOUS, 2017).

A Figura 7, ilustrada na pesquisa Tannous (2017), mostra a proposta curricular da ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) no ensino médio e como se relacionam essas duas dimensões. Destaca como os jovens deveriam administrar suas finanças, consumir conscientemente, prevenir fraudes, fazer a gestão de dívidas, reduzir a inadimplência, melhorar a qualidade de vida, alcançar metas e etc. E apoiam o sistema de multiplicadores, ou seja, que isso não será apenas influenciado no ensino dentro das escolas, mas que haja iniciativa em levar o conhecimento para dentro de suas casas, no qual causa uma “catequização” da educação financeira para todos os membros familiares.

Figura 7 - Duas dimensões de ensino, proposto pela ENEF



Fonte: TANNOUS, 2017.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) abrange os seguintes objetivos, considerando tanto a dimensão espacial quanto a temporal da Educação Financeira, sendo que eles são introduzidos no nível mais fundamental do Ensino Fundamental, porém, à medida que os anos escolares avançam, esses objetivos se revelam como os fundamentos de maior complexidade.

Os objetivos constituem:

- Em formar para a cidadania, para que os jovens cresçam financeiramente mais responsáveis e ativamente nas áreas sociais e principalmente, cumprir para desenvolvimento econômico.

- De modo consciente, poupar, consumir e ser responsável financeiramente com o objetivo de causar grandes impactos sociais. Pois a Educação Financeira trará efeitos benéficos para o indivíduo e a sociedade.

- Ter mais autonomia nas decisões, já que o estudo financeiro colabora na obtenção necessária para as melhores tomadas de decisões. Criar um pensamento crítico e saber interpretá-los para o próprio desenvolvimento.

- Construir uma grande massa de multiplicadores, já que obtendo esse conhecimento, pode-se ser passado à diante no âmbito familiar, mostrando

como práticas conscientes podem ser levadas a prosperidade familiar e realização de sonhos.

- Saber interpretar o curto, médio e longo prazo, com o fito de conquistar suas metas e saber como o planejamento financeiro pode ser uma grande ferramenta para isso.

- Por último, realizar uma mudança da condição atual, já que pode contribuir para evitar problemas financeiros e até mesmo, caso aconteça, como superá-los (TANNOUS, 2017).

Com isso, esses objetivos são especificamente relacionados ao material didático, que é aplicado por meio de blocos, com suas respectivas séries do Ensino Médio. No qual, instiga de forma didática, um conjunto de ações para que o aluno possa se desenvolver para lidar com vários aspectos de dificuldades financeiras do cotidiano.

No exemplo abaixo, inspirado na pesquisa de Tannous (2017), específica como os conteúdos são detalhados em cada bloco. Na qual, existem 3 temas e nisso, é possível relacionar vários conteúdos e objetivos.

- **1ª Ano do Ensino Médio:**

1. Despesas fixas e variáveis;
2. Orçamento pessoal ou familiar;
3. Planejamento;
4. Endividamento;
5. Taxa de juros real e nominal e Custo Efetivo Total;
6. Taxa de captação e empréstimo;
7. Risco e Retorno;
8. Sistema Financeiro;
9. Seguros;

10. Estimativas;
11. Poupança;
12. Consumo;
13. Código de defesa do consumidor.

• **2ª ano Ensino Médio:**

1. Trabalho e Primeiro emprego;
2. Qualificação e Currículo;
3. Desemprego, Recessão e Ciclo Econômico;
4. Provisões e Previdência Social;
5. Despesas fixas e variáveis;
6. Orçamento pessoal ou familiar;
7. Planejamento;
8. Empreendedorismo;
9. Seguros;
10. Estimativas;
11. Poupança;
12. Financiamento;
13. Taxa de juros real e nominal e Custo Efetivo Total;
14. Taxa de captação e empréstimo;
15. Investimentos;
16. Juros simples e compostos.

• 3ª ano Ensino Médio:

1. Bens e Espaços Públicos;
2. Tributos;
3. Receitas e Despesas, fixas e variáveis;
4. Receitas e Despesas públicas;
5. Orçamento pessoal ou familiar;
6. Orçamento e serviços públicos;
7. Cidadania;
8. Corrupção;
9. Incentivos fiscais;
10. Inflação;
11. Moeda;
12. Sistema Financeiro Nacional e seu sistema normativo;
13. PIB e PIB per capita, desigualdade de renda e economia informal;
14. Lei da oferta e da demanda e Mercado;
15. Previdência Social e mercado previdenciário;
16. Salário mínimo e a desigualdade social;
17. Funções da moeda e conservação do dinheiro;
18. Blocos econômicos, negociações e acordos multilaterais;
19. Mercado Internacional, Balança comercial, Exportação/Importação;
20. Desenvolvimento Econômico e Bem-estar social.

4.3 Objetivos e competências da ENEF

Espera-se que haja uma harmonização e necessidades do planejamento financeiro, para que o estudante possa estar preparado para seus objetivos de vida. E, como fator principal, entender como funciona o sistema financeiro nacional, como calcular os descontos, saber analisar os fatores midiáticos financeiros que melhor possam compreender suas necessidades atuais e futuras.

É necessário que os jovens do futuro do país, possam entender partes do meio econômico, como inflação, juros, cartão de crédito e serviços disponibilizados pelos agentes econômicos e como suas decisões de obtê-los podem ser ou não benéficas a eles. Fazê-los ter uma maior proximidade com assuntos econômicos para que comecem a entender a importância de inseri-los na rotina, entender com naturalidade como indicadores econômicos, como balança comercial, PIB e comércio exterior podem trazer impactos na obtenção dos produtos financeiros.

E o mais promissor, tratar esse indivíduo como multiplicador, para que ele possa influenciar pessoas ao seu redor a saberem lidar com os dados econômicos e perceber que ao enxergar o dinheiro como aliado, só ajudará a construir metas para seu futuro. O dinheiro é um suporte para conquistar seus sonhos financeiros e saber a melhor forma de investimento que traga essa conquista (TANNOUS, 2017).

5 IMPORTÂNCIA DAS FINANÇAS PESSOAIS NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DA VIDA.

Como já abordado nesta pesquisa, o acesso ao crédito se tornou algo fácil e conseqüentemente trouxe uma aceleração no consumo. E com isso, notou-se a necessidade de fazer um orçamento e determinar o mecanismo das despesas e receitas reais do mês. Já que isso, é determinante para que o indivíduo possa gerir com sucesso suas finanças.

Entender como o mecanismo de finanças pessoais pode ser importante nos diferentes estágios da vida e poder refletir sobre como a inserção da educação financeira nos primeiros anos de vida do indivíduo pode promover positivamente e acabar sendo crucial para seu desenvolvimento social e pessoal.

5.1 Infante Juvenil

Durante muitos séculos, o encargo da educação infantil recai sobre as famílias. De acordo com Craidy (2007, p. 13), à medida que as crianças adquiriram as habilidades possíveis para se integrarem ao seu grupo social, assimilaram as tradições significativas e dominavam os conhecimentos essenciais para sua sobrevivência e para enfrentar os desafios da vida adulta através da interação com adultos e outras crianças em seu convívio.

Com o avanço do urbanismo e da atividade comercial no Século XIII, surgiu a classe burguesa, que passou a demonstrar um interesse crescente no bem-estar, educação e saúde das crianças por meio de programas de assistência social (Pereira *et al*, 2009). De acordo com Lima (2009), a burguesia, passou a consolidar sua posição na sociedade, desvinculou-se das diretrizes da igreja e planejar novas estratégias para buscar uma qualidade de vida mais palpável, razão pela qual a busca por uma educação que capacitasse o controle sobre a natureza tornou-se imperativa. Isso levou a mudanças significativas na sociedade em relação à concepção da infância e à ênfase dada a esse estágio específico da vida (CRAIDY, 2007, P. 13).

Atualmente, no contexto brasileiro, as creches representaram as primeiras iniciativas de educação infantil. No entanto, o seu foco principal era

fornecer cuidados relacionados com a alimentação, segurança física e higiene das crianças (CRAIDY, 2007). A necessidade de criar creches surgiu quando as mães ingressaram no mercado de trabalho e se viram diante da incerteza sobre onde deixar seus filhos. A maioria dessas mulheres trabalhava em setores industriais ou trabalhava em residências particulares (PASCHOAL, 2009).

Enquanto as famílias mais abastadas pagavam uma babá, os pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que cuidasse deles. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (PASCHOAL, 2009, p. 79).;

Historicamente, houve mais de um século para que a criança pudesse adquirir de fato seu direito à educação na legislação, e isso ocorreu somente em 1988, quando a carta constitucional foi efetivada (CRAIDY, 2007). Sendo assim, hoje, a criança logo nos primeiros anos de vida, especificamente de zero a seis anos, pode ter como direito adquirir a educação adequada para seu desenvolvimento.

Entender a importância da criança desde cedo entender o que é poupar, entender o valor do dinheiro e como isso pode levá-la a conquistar seus desejos. O quão importante a ação de gastar dinheiro é diretamente ligado às suas escolhas. Por isso, a educação financeira se faz de tão importante no estímulo do crescimento nessa fase, para que quando o indivíduo chegue na sua fase adulta, já tenha um bom relacionamento com dinheiro e planejamento de seus objetivos (DE SOUZA, 2012).

Como ilustrado por Modernell (2011), um exemplo desse princípio de abordar o tema de finanças pessoais, encoraja as crianças a aprender a economizar e gerenciar seu próprio dinheiro de forma que possam desfrutar de coisas mínimas, como comprar um sorvete ou um brinquedo quando desejarem. Porém, é importante frisar que nem sempre é necessário gastar imediatamente ou, sucumbir ao desejo supérfluo momentâneo. Esse comportamento pode resultar em frustração no dia seguinte, quando

descobrirem que não têm mais recursos para comprar outro sorvete, pois, passionalmente usou o dinheiro sem a necessidade (DE SOUZA, 2012).

Como Kassardjian (2013) representou em sua pesquisa, a forma pode funcionar como um guia de atividades e recursos que podem se mostrar efetivos para crianças com idade entre cinco e oito anos, agrupadas pelos “dez princípios básicos do dinheiro” trabalhados por GODFREY (2003).

Figura 8 - Guia de atividades para crianças

1. COMO POUPAR
<ul style="list-style-type: none"> a. Defina as três possibilidades para a remuneração (de preferência semanal): gastos, economias e doações. b. Leve a criança para visitar um banco, abra uma conta de poupança, e retornem frequentemente para fazer depósitos ou retirar dinheiro.
2. COMO MANTER O CONTROLE DO DINHEIRO
<ul style="list-style-type: none"> a. Estimule a criança a contar o dinheiro que recebe e colocar os valores em um gráfico ou tabela, tornando essa uma tarefa regular. b. Identifique algum produto que a criança goste e faça com que ela saiba o seu valor. c. Conte o troco recebido nas compras e peça à criança que guarde essas pequenas quantias em um cofre, e leve ao banco uma vez por mês para depositar na conta de poupança.
3. COMO SER RECOMPENSADO PELO QUE VOCÊ MERECE
<ul style="list-style-type: none"> a. Faça uma lista de “crédito extra” que pode ser obtido ajudando nas tarefas domésticas, e o intervalo de valor que pode ser obtido com cada atividade. Uma vez por semana, a criança deve escolher uma das atividades listadas e negociar o valor a ser recebido.
4. COMO GASTAR COM SABEDORIA
<ul style="list-style-type: none"> a. Planeje a próxima visita a uma loja de brinquedos ou outro destino intrigante para a criança: é necessário conversar com a criança para estabelecer parâmetros de quanto dinheiro ela terá para gastar, e discutir as alternativas existentes (a quantia será gasta com um produto apenas ou vários produtos?). b. Dê uma calculadora à criança quando ela for acompanhar os processos de compra para que ela possa somar os custos e ter conhecimento do valor de cada bem comprado. c. Seja um modelo de consumidor consciente para a criança.
5. COMO FALAR SOBRE DINHEIRO
<ul style="list-style-type: none"> a. Estimule a criança a falar sobre as diferentes maneiras de se usar o dinheiro. b. Não tenha medo de dizer “nós não podemos comprar porque não temos dinheiro”. c. Não tenha medo de dizer “nós temos dinheiro para comprar, mas essa não é a maneira com a qual eu gostaria de gastar nosso dinheiro” e então explicar as razões para tal comportamento.
6. COMO LIDAR COM UM ORÇAMENTO LIMITADO
<ul style="list-style-type: none"> a. Comece um programa de remuneração (de preferência, ganhos semanais proporcionais à idade da criança – uma criança de seis anos, por exemplo, ganhará seis reais por semana), e estabeleça uma periodicidade para verificar como a criança está lidando com o dinheiro recebido e as lições aprendidas (a cada três meses, por exemplo). b. Quando houver oportunidade de comer fora de casa, dê o cardápio à criança e estabeleça uma quantia a ser gasta, e peça que ela faça os pedidos da família sem extrapolar o orçamento definido.
7. COMO INVESTIR
<ul style="list-style-type: none"> a. Introduza o conceito de “taxa de juros”, mostrando a evolução do dinheiro depositado no banco ao longo do tempo. b. Introduza os conceitos de parceria e de capital próprio.
8. COMO EXERCITAR O ESPÍRITO EMPREENDEDOR
<ul style="list-style-type: none"> a. Estimule projetos de empreendedorismo e ajude a criança no estabelecimento dos preços dos produtos (banca de limonada ou venda de pulseiras feitas em casa, por exemplo), e valorize as iniciativas parabenizando a criança.
9. COMO LIDAR COM O CRÉDITO
<ul style="list-style-type: none"> a. Estimule a criança a pegar pequenas quantias de dinheiro emprestadas de você, e faça com que ela pague de volta com os ganhos da própria remuneração (“mesada” ou “semanada”). b. Quando você comprar algo para a criança com seu cartão de crédito, mostre-a o extrato quando chegar e explique como você pagou pelo produto.
10. COMO USAR O DINHEIRO PARA MUDAR O MUNDO
<ul style="list-style-type: none"> a. Em ocasiões especiais, como o Natal, estimule a criança a contribuir com brinquedos para crianças carentes. b. Estabeleça um dia especial em que todos os integrantes da família realizam trabalho voluntário.

Fonte: Godfrey, 2003.

Contudo, é importante que nessa fase, sejam inseridos esses pequenos aspectos na rotina infantil, pois, no futuro o sorvete pode ser facilmente substituído por um carro ou até mesmo uma casa. Saber distinguir o nível de necessidade de adquirir algo e entender o valor real do dinheiro, é crucial para

que essa criança cresça tendo pleno entendimento econômico.

5.2 Universitário

Refletir sobre as finanças pessoais é crucial em todos os avanços da vida, no entanto, o impacto desse pensamento varia conforme a fase para aqueles que buscam seu sucesso financeiro. Na vida universitária o caminho para o mercado de trabalho não é diferente.

É importante falar de dinheiro em casa, onde é considerado ainda um tabu. Muitos jovens entram na fase adulta sem conhecimento mínimo de como gerir suas contas, já que muitas vezes, precisam estudar fora para que isso aconteça.

Durante o período universitário, é possível que exista despesas adicionais, como alimentação, mensalidades, transporte e aluguel, entre outras. Isso, por si só, justifica a importância de oferecer lições de educação financeira aos estudantes universitários, para que estejam financeiramente preparados.

No entanto, é importante sempre lembrar que ao chegar no término do curso, isso marcará o início de uma nova etapa em sua vida. Já que uma vez formado, é o momento de considerar sua carreira e fazer investimentos que visam garantir estabilidade financeira e equilíbrio ao longo de sua trajetória, até mesmo a aposentadoria.

Para isso, a importância das finanças pessoais nesse estágio da vida, para que o universitário possa criar uma análise de sua gestão financeira, para criar sobre os seus gastos fixos mensais. E para que isso funcione, será necessário um planejamento financeiro para os gastos eventuais que essa fase exige, como compras de materiais, projetos e etc. Outro ponto importante que essa fase acarreta é saber como aproveitar as oportunidades de estágio ou eventuais trabalhos durante o curso, já que para seu futuro financeiro mais próspero é necessário buscar trabalho, assim, terá a primeira experiência em administrar uma pequena reserva em dinheiro, para futuramente, já ter a prática em administrar maiores quantidades e ter mais similaridade com o ato (SHOTS, 2022).

Para que tudo funcione é muito importante que o jovem pense no futuro,

tenha um pensamento linear sobre suas contas, o dinheiro que ganha e sobre como vai usar isso em seu futuro, para construir sua independência financeira. Focando em investimentos que, durante sua fase adulta, possa potencializar seu dinheiro enquanto atua dentro de um trabalho, e futuramente, pensar em investimentos que podem agregar na sua fase de aposentadoria, como exemplo, previdência privada. Isso fará com que o emprego garanta uma mais estabilidade assim que encerrar o ciclo no mercado de trabalho (SHOTS, 2022).

5.3 Adultos

Há muito progresso na educação de adultos, contudo, ainda pode acontecer, muitas vezes por falta de oportunidades, esses indivíduos acabam não terminando seus estudos no ensino médio. Uma dessas ferramentas foi o EJA (Educação de Jovens e Adultos), criada pelo Governo Federal. Contudo, ainda existem desafios que precisam ser alcançados.

Para que isso crie mais potência em torno da educação desses jovens e adultos, é importante a inclusão da Educação Financeira no currículo escolar, conforme destacado por Ribeiro *et al* (2021). É importante que essa abordagem leve em consideração as atribuições do seu público, possibilitando a valorização de experiências no âmbito tanto pessoal quanto profissional em relação à gestão das finanças do dia a dia (HURTADO, 2020).

Na fase adulta, é natural que responsabilidades financeiras maiores surjam, com isso um número cada vez mais crescente de produtos que podem ser disponibilizados no mercado financeiro. E para que isso seja bom, para o adulto que está absorvendo essa oferta de produtos, é necessário que tenha um conhecimento financeiro apropriado. Como citado por Campos Silva (2014), dessa forma o cidadão precisa constantemente se atualizar, considerando o desenvolvimento sem precedentes ocorrido na indústria, no comércio e na prestação de serviços, principalmente no que se refere à tecnologia.

Dessa forma, se esses adultos tivessem educação financeira, ou até os alunos que estão inseridos no sistema EJA, contribui na educação onde promove novas oportunidades dentro da sociedade, e conseqüentemente, colabora no desenvolvimento social, facilitando e participando sua autonomia frente aos desafios financeiros que pessoas dessa faixa etária podem

acontecer.

5.4 Aposentados

O nível desse endividamento no país é um número significativo e na terceira idade, isso não é diferente. De acordo com o Pfizer (2021) cerca de 27% das pessoas de terceira idade no país estão inadimplentes. E com isso muitos retornam ao mercado de trabalho.

É essencial que a preparação financeira para a aposentadoria comece na juventude, incorporando a definição de metas a curto, médio e longo prazo. Isso se justifica pelo aumento na expectativa de vida. O planejamento deve ser adaptado à idade atual do indivíduo, à idade desejada para a aposentadoria e à renda mensal almejada.

Em muitos casos, a poupança ainda é um investimento bastante popular no Brasil, porém é importante destacar que sua rentabilidade é relativamente baixa. Para assegurar uma estabilidade financeira na aposentadoria, recomenda-se construir uma carteira de investimentos diversificada, que pode incluir opções como planos de previdência complementar, títulos do governo, certificados de Depósito Bancário e ações de empresas (DE BARROS, 2012).

Destacando a previdência, é constituído por uma preocupação social e também governamental e surge da necessidade de mitigar riscos. O sistema de previdência social está estruturado como um componente integrante do Sistema Nacional de Seguridade Social, abrigando três regimes distintos: o regime geral de previdência social, os regimes próprios de previdência social aplicáveis aos funcionários públicos federais, estaduais e municipais, e o regime de previdência complementar (MACEDO, 2017, p.17).

Além do sistema de previdência pública, há a opção da previdência privada, que surgiu como uma resposta à necessidade de complementar os benefícios oferecidos pelo sistema público. Essa demanda inicialmente se origina da possibilidade de que os rendimentos nos estágios finais da vida de um indivíduo possam diminuir devido à redução da capacidade de trabalho, como destacado por DEBIASI (2004).

Além de servir como um complemento, a previdência privada também

pode se tornar a principal fonte de renda, permitindo, em alguns casos, a aposentadoria em períodos mais curtos, dependendo do plano escolhido. Essa situação pode contribuir significativamente para a conquista da independência financeira e uma melhor qualidade de vida. É importante notar que a previdência privada é essencialmente um produto financeiro e, em muitos aspectos, pode ser considerada um investimento, com considerações relevantes de risco e oportunidade, tornando-a comparável a outros produtos financeiros (SOUZA, 2019).

Uma destas variáveis é a aplicação, que é o valor depositado no fundo e que pode variar de um plano para outro. A rentabilidade, que é o rendimento proporcionado pelo investimento, ou seja, a porcentagem do lucro em relação ao investimento total. A taxa de administração, que é a taxa cobrada pela empresa que administra o plano com o objetivo de cobrir suas despesas administrativas. Esta taxa tem seu valor fixado em base anual e é cobrada mensalmente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo. Outra variável importante é a taxa de carregamento, que é uma taxa cobrada sobre o valor das aplicações, tanto mensal quanto esporádicas, e que pode variar conforme o valor aplicado. Por fim, o imposto de renda, que varia conforme os valores a serem sacados do fundo durante a fase de acumulação de recursos ou quando do recebimento da renda na aposentadoria (DEBIASI, 2004, p. 07).

6 COMO A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PODE POTENCIALIZAR O EMPREENDEDORISMO

De acordo com a Agência Sebrae (2023), no Brasil, há cerca de 42 milhões de empreendedores, na faixa etária de 18 a 64 anos. Em toda administração de um pequeno ou grande negócio, é preciso uma administração financeira, para que se alcance resultados positivos, para dar enfoque a transparência e maximização de resultados.

Devido à carência de investimento na educação financeira, observa-se um aumento no contingente de indivíduos desprovidos de conhecimentos básicos acerca da administração de seus próprios recursos monetários. Tal situação não apenas impacta a gestão financeira pessoal, mas também a empresarial. Conforme dados da pesquisa "Sobrevivência de Empresas" realizada em 2020, com base em informações da Receita Federal e pesquisas de campo, a taxa de mortalidade nesse setor de negócios é de 29%. Essa taxa está diretamente relacionada à competência na administração, experiência e conhecimento no campo empresarial (SEBRAE, 2021).

O nível educacional dos empreendedores desempenha um papel significativo na aquisição de conhecimento e no aprimoramento das habilidades, o que, por sua vez, pode resultar em maior produtividade e um retorno financeiro mais substancial. Além disso, dado o elevado índice de encerramento de micro e pequenas empresas no Brasil, um programa de treinamento que instrua os empreendedores sobre aspectos como análise de mercado, desenvolvimento de produtos e serviços, práticas de administração financeira e contabilidade pode ter um impacto positivo na extensão da vida útil das empresas, algo essencial para o crescimento econômico do país (CORCINO, 2022).

Como mencionado por BoaVentura (2018), é fundamental que a educação financeira seja incentivada nos indivíduos, que pode aplicá-la na vida pessoal, na jornada de trabalho, na busca de emprego, em oportunidades de novos negócios. Com a educação financeira é possível disciplinar o uso consciente dos instrumentos financeiros, tanto na vida pessoal como no empreendimento, maximizando a economia e uso e poupança e minimizando os riscos do uso indevido do crédito, pois usar o crédito de forma inadequada

pode provocar o superendividamento, que, por sua vez, pode gerar danos materiais (perda de bens, queda de consumo), econômicos e sociais (perda moral, pressão da sociedade).

Ocorre a busca por empréstimos, o que pode resultar em um aumento das dívidas, uma vez que os fundos podem não ser utilizados de maneira apropriada, levando a uma grande parte da renda a ser consumida pelo pagamento das prestações do empréstimo. Isso afeta profundamente o empreendimento, pois a sua gestão financeira reflete a educação financeira pessoal do empreendedor, e a falta de planejamento dificulta tanto a prevenção do endividamento quanto a aplicação eficiente dos recursos disponíveis.

7 CONCLUSÃO

Sobre a pesquisa realizada neste trabalho é evidente o quanto o país carece de educação financeira. Por mais que ainda haja um reconhecimento da sua crescente importância, ainda tem muito caminho a ser traçado. É fundamental a maior compreensão dos indicadores econômicos e uma melhor gestão financeira empresarial, pessoal e familiar. Já que esse comportamento, promove de forma vital a estabilidade econômica, que ainda busca um crescimento substancial, mas também, uma melhoria substancial e próspera para as famílias brasileiras.

Esse cenário poderá acontecer, se realmente houver um maior empenho em promover a educação financeira na grade curricular das escolas, destacando sua importância desde os primeiros anos do indivíduo até seu estágio mais adulto. Fato é, as iniciativas governamentais nos últimos anos têm tomado forma, uma delas, é a inclusão dessa pauta nas matérias curriculares, mais ainda, não muito explorada. E também, através de campanhas de conscientização.

No entanto, é real que os desafios persistem, com a necessidade de uma abordagem mais clara e incisiva. Além de entender a urgência do crescimento econômico e uma melhor prática do planejamento financeiro, é preciso que tenha um percurso mais contínuo e prático. Falar do tema esporadicamente ou em datas específicas, não mudará o suficiente uma nação. É primordial que esteja nítido as diversas realidades econômicas das famílias brasileiras, para que sejam claras as melhores ferramentas para trabalhar com essa questão, de forma que seja englobado todos os aspectos sociais do país.

Reconhecer que a Educação Financeira exige um processo de muita evolução ao realmente querer e entender a necessidade de mudarmos o cenário econômico do país, e também, o quanto isso é necessário para a prosperidade financeira. A cada passo que a conscientização sobre a importância da educação financeira cresce e evolui, é necessário reconhecer que não podemos parar por aí, é algo que precisa ser construído e alimentado a cada instante, para que abranja sempre, todos os estágios de vida e necessidade das pessoas.

Finalizando, o esforço contínuo em melhorar programas de educação e desenvolver perspectivas que capacitem os indivíduos da sociedade a tomarem as assertivas decisões financeiras é necessário. Pois todos agentes econômicos desempenham um papel importante para o futuro do país, e deixar de lado esse assunto primordial, o que condicionalmente, pode resultar no alto nível de endividamento brasileiro, contribuindo para um indicador negativo. Reconhecer essa necessidade, é o caminho para a construção de um futuro financeiramente seguro e estável para todos os membros da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Vitor. **Endividamento atinge 78,3% das famílias brasileiras, diz CNC**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc>. Acesso em: 12/10/2023.
- AFONSO, José Roberto; ABREU, Thiago Felipe Ramos; HECKSHER, Marcos Dantas. A Baixa e Decrescente Poupança Brasileira. **Economic Analysis Of Law Review**, Brasília, v. 1, p. 220-250, jan. 2019.
- ANDRADE, Jefferson Pereira; LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **Educação financeira: uma análise de grupos acadêmicos**. Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 18, n. 49, p. 103–121, 2018. DOI: 10.5752/P.1984-6606.2018v18n49p103-121. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/10121>. Acesso em: 8 dez. 2022-.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira 2018**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/index.html>>. Acesso em 25 nov. 2019.
- BOAVENTURA, Carolina de Almeida. **Educação financeira: um estudo sobre sua influência nas decisões de consumo e investimento de alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília**. 2018.
- CAMPOS, Marcelo Bergamini; DA SILVA, Amarildo Melchiades. **Educação Financeira escolar: o desenvolvimento de um produto educacional**. EM TEIA-Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana, v. 6, n. 2, p. 1-18, 2015.
- CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. **Educação infantil: pra que te quero?** – Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CORDEIRO, Nilton José Neves; COSTA, Manoel Guto Vasconcelos; DA SILVA, Márcio Nascimento. **Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica**. Ensino da Matemática em Debate, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.
- CONTO, Samuel Martim de; FALEIRO, Sandro Nero; FÜHR, Ilcior José; KRONBAUER, Karin Alma. **O comportamento de alunos do ensino médio do vale do taquari em relação às finanças pessoais**. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, v. 8, n. 2, p. 182-206, 2016.
- CORCINO, Kevin Ferreira *et al.* **Impacto da educação financeira na motivação empreendedora de micros e pequenos empreendedores em Camaragibe-PE**. Research, Society and Development, v. 11, n. 17, p. e26111738418-e26111738418, 2022.

COSTA, Yngrid Batista et al. **Educação financeira: a relevância do conhecimento dos alunos do ensino médio em finanças pessoais no Brasil e nos Estados Unidos.** 2017.

CUNHA, Márcia Pereira. **O mercado financeiro chega à sala de aula: educação financeira como política pública no Brasil.** Educação & Sociedade, v. 41, 2020.

D'AQUINO, Cássia. **E o que é a educação financeira?** 2009. Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>. Acesso em: 12/10/2023

DEBIASI, Cristiano Minuzzi. **O mercado de Previdência Privada no Brasil: análise das melhores alternativas de investimento previdenciário.** Revista de Ciências da Administração, v. 6, n. 12, p. 1-22, 2004.

DE BARROS, Beatriz, *et al.* **A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NO PLANEJAMENTO PARA APOSENTADORIA DE SOUZA, DÉBORA PATRÍCIA; HORIZONTE, BELO.** A importância da educação financeira infantil. Centro Universitário, 2012.

DE SOUZA, Débora Patrícia; HORIZONTE, BELO. **A importância da educação financeira infantil.** Centro Universitário, 2012.

FANTIN, Lucas Alfredo de Brito *et al.* **Ações do estado para a promoção da educação financeira: uma análise da estratégia nacional de educação financeira-ENEF.** 2020.

FERNANDES, Ronaldo Augusto Silva; PARAÍSO, Sandra Chaves Silva. **O crescimento do índice de divisão das famílias brasileiras.** 2019. Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação, v. 2. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/Cosmopolita/article/view/1031>. Acesso em: 12/10/2023.

FERRARI, Hamilton. **Banco Mundial sobe projeção do PIB do Brasil em 2023 para 2,6%.** 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/banco-mundial-sobe-projecao-do-pib-do-brasil-em-2023-para-26/>. Acesso em: 12/10/2023.

FORTE, Cláudia Márcia de Jesus. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor.** 2021.

GODFREY, J. **Raising Financially Fit Kids.** 1 ed. Ten Speed Press, 2003. 224 p.

HURTADO, Antônio Paulo Guillen; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. **A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos.** Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 19, n. 3, p. 56–76, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-52731. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52731>. Acesso em: 9 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Dados sobre endividamento das famílias**. 2015, disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13/10/2023

KASSARDJIAN, Ana Carolina Cervieri. **Educação financeira infantil**. São Paulo, 2013.

LIMA, Sandra Vaz de. **Educação infantil no mundo**. Maio 2009. Disponível em:<<http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/a-educacao-infantil-no-mundo942990.html>>. Acesso em: 29 Mar. 2012.

MACEDO, Joyce Rafaely da Silva. **Crédito consignado no contexto da Covid-19: um estudo de caso dos aposentados e pensionistas na cidade de Cachoeirinha-PE**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.

MENEZES, Pedro. **Número de famílias endividadas no Brasil ultrapassa os 67%**. Disponível em: <https://www.mercadoeventos.com.br/noticias/servicos/numero-de-familias-endividadas-no-brasil-ultrapassa-os-67/>. Acesso em: 13 out. 2023.

MINELLA, João Marcos *et al.* **A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens**. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 18, 2017.

MODERNELL, Álvaro. **Por que educação financeira para crianças?** Disponível em:<<http://www.maisativos.com.br/index.php?ac=leiamais&ar=50>>. Acesso em: 19/10/2023.

NEAL, P. The Subprime Mortgage Crisis: Lessons for Regulators. *Policy*, Vol. 24, n. 2, 2008, p. 19-25. Disponível em:<<https://www.cis.org.au/app/uploads/2015/04/images/stories/policy-magazine/2008-winter/24-2-2008-penny-neal.pdf>>.

OLIVIERI, Maria de Fátima Abud. **“Educação Financeira.”** REVISTA ENIAC PESQUISA, vol. 2, não. 1, 31 de julho de 2013, p. 43, <https://doi.org/10.22567/rep.v2i1.108>.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. OCDE, 2005.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **História da educação infantil no Brasil: Avanços retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Disponível em:<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>. Acesso em: 15/11/2023.

PFIZER, **Educação financeira na aposentadoria**, PFIZER, 2021, Disponível em: <https://www.pfizer.com.br/sua-saude/envelhecersemvergonha/educacao-financeira-na-aposentadoria>

PICCINI, Ruberlan Alex Bilha; PINZETTA, Gilberto. **Planejamento financeiro pessoal e familiar**. Unoesc & Ciência-ACSA, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PEREIRA, Débora Hilário *et al.* **A educação financeira infantil seu impacto no consumo consciente**. 2009. 75 f. Monografia (Bacharel em Administração) – Faculdades Integradas Campos Salles, São Paulo, 2009.

PERETTI, Luis Carlos. **Educação financeira: gestão empresarial: Um guia para ajudar resolver seus problemas**. 1 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007.

PRADO, Matheus. **Educação financeira começa na infância**. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/em-tempos-de-criese-inadimplencia-como-anda-a-educacao-financeira-no-brasil/>. Acesso em: 11/10/2023.

RIBEIRO, Quetsia Dantas Magalhães *et al.* **A educação financeira como política pública no Brasil e seus potenciais impactos no orçamento familiar**. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, p. e43310918213-e43310918213, 2021.

SEBRAE. **A importância da educação financeira para empreendedores**. 2021. Disponível em: <https://sebraemg.com.br/importancia-educacao-financeira-para-empreendedores/#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20para%20empresenadores,analisar%20custos%20e%20despesas%20e%20investimentos>. Acesso em: 13/10/2023.

SOUZA, Guilherme Silva. **Saúde dos investimentos em tempos de pandemia e o desafio na quebra de paradigma enfrentado pelas fundações de previdência complementar brasileiras: caso funpresp-exe**. REGEN Revista de Gestão, Economia e Negócios, v. 1, n. 2, 2020.

SANTIAGO, João Augusto Ferreira *et al.* **A ausência da Educação Financeira e seus reflexos no cenário dos jovens consumistas**. 2022.

Silva, F. M. da, & Silva, V. L. C. da. **Educação financeira e endividamento das famílias brasileiras: uma revisão de literatura**. Caderno de Ciências Sociais Aplicadas, 16(30), 31-46. (2019).

SPC Brasil – **Inadimplência de Pessoas Físicas** – fevereiro 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwimptrlg9z8AhUQppUCHc6eAPYQFnoECBEQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.spcbrasil.org.br%2Fwpimprensa%2Fwpcontent%2Fuploads%2F2020%2F03%2FAn%25C3%25A1lise-Inadimpl%25C3%25AnciaPF-Fevereiro-2020-1.pdf&usq=AOvVaw3PLGI8ezqa_k0fH_zd1QMS. Acesso em: 10 junho 2023.

SHOTS. **Educação financeira para universitários: entenda a importância de se organizar na faculdade**. 2022. Disponível em: <https://shots.hellosaks.com/educacao-financeira-para-universitarios/>. Acesso em: 13 out. 2023.

TANNOUS, Samy Soubhe *et al.* **Educação financeira: proposta curricular da ENEF no ensino médio.** 2017

KRÜGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar.** Trabalho de conclusão de curso (TCC). Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte (FABET). Faculdade de Tecnologia Pedro Rogério Garcia (FATTEP) Santa Catarina, 2014.

VI Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira. 2014.

Disponível <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/parcerianacional/Paginas/3-1-1_declaracao-maia.aspx>. Acesso em 13/10/2023.

YOSHINO, N.; MORGAN, P. **Overview of Financial Inclusion, Regulation, and Education.** Tóquio: Asian Development Bank Institute, 2016.

Disponível em: <http://www.adb.org/publications/overview-financial-inclusion-regulation-and-education/>>. Acesso em 25 nov. 2019.

YOSHINO, N.; MORGAN, P. **Overview of Financial Inclusion, Regulation, and Education.** Tóquio: Asian Development Bank Institute, 2016.

Disponível em: <http://www.adb.org/publications/overview-financial-inclusion-regulation-and-education/>>. Acesso em 25 nov. 2019.